



PREVIJUNO

CARTILHA

PREVIDENCIÁRIA

Perguntas & Respostas!

2023-2024




VISÃO & MISSÃO

Visão

Ser reconhecido pela excelência na gestão de recursos previdenciários.

Missão

Efetivar uma gestão responsável e eficaz com o propósito de garantir aos segurados e aos seus dependentes aposentadorias e pensões que lhes assegurem estabilidade e qualidade de vida no seu futuro.






Afinal o que significa

RPPS?

O Regime Próprio de Previdência Social - RPPS é o sistema de previdência específico de cada Ente Federativo, que assegura, no mínimo, os benefícios de aposentadoria e pensão por morte dos seus segurados, ou seja, dos servidores titulares de cargo efetivo e de seus beneficiários.







Qual a diferença entre

RPPS e o RGPS?

O RPPS é o Regime Próprio de Previdência Social de cada Ente Federativo, de filiação obrigatória para os servidores públicos titulares de cargo efetivo, enquanto que o RGPS é o Regime Geral de Previdência Social de caráter obrigatório para os trabalhadores regidos pela CLT, inclusive os integrantes de cargos exclusivamente em comissão, empregos públicos e cargos temporários, sendo gerido pelo Governo Federal, através do INSS.





Curiosidade!

O servidor pertencente ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS pode se filiar também ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS?

A Constituição Federal de 1988 no § 5º, Art. 201, Ipsi Litteris: “É vedada a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.

Compensação Previdenciária, o que é?

O segurado de um determinado regime previdenciário e que já tiver contribuído para outro regime, terá essas contribuições e esse tempo contados para efeito de aposentadoria. Para isso, o regime anterior a que ele pertenceu repassará ao regime atual as contribuições que o servidor tenha efetivado no passado, para o custeio de sua aposentadoria.

O que é CRP?

O Certificado de Regularidade Previdenciária é o documento que atesta a regularidade das atividades inerentes ao RPPS e é a condição primordial para a realização de transferência de recursos, celebração de acordos, contratos, convênios, empréstimos e financiamentos por órgãos ou entidades da União.

QUAIS SÃO AS NORMAS QUE AMPARAM O NOSSO RPPS?

O PREVIJUNO foi instituído pela Lei Complementar nº 23, de 25 de maio de 2007.

A Lei Federal nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, estabelece regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal.

E A REFORMA PREVIDENCIÁRIA?

A Emenda Constitucional nº 103/2019, altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias.

O PREVIJUNO ainda não realizou adequação da Lei Complementar nº 23/2007 à EC nº 103/2019, todavia a reforma previdenciária é fundamental para a sustentabilidade do Regime Próprio de Previdência Social.



Obrigado!

